



Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade -
Associada ao programa de mestrado Profletras-UPE-Garanhuns -
aos grupos de pesquisa ARGILEA e DISCENS
ISSN: 2236-1499 - registro na Crossref, d.o.i.: 10.13115/2236-1499
Número Especial 18b – 03/2016 – Com artigos, resumos e comunicações do CONEAB-2015

MARCAS IDENTITÁRIAS AFRICANAS NO RIO GRANDE DO SUL ATRAVÉS DA ESCRAVIDÃO¹

Roberto Jair Bastos da Cruz (FEEVALE/RS)²

O tema proposto trata das marcas de identidade dos povos africanos no sul do Brasil em conexão com o Uruguai na época da escravidão. Quando se fala da referida época em relação ao Rio Grande do Sul, é impossível desconectá-la do contexto uruguaio devido ao entrosamento interno das duas realidades, provocadas por fatores externos de grande proporção, onde encontra-se aí a fusão de múltiplas etnias procedentes de várias regiões.

O objetivo geral é instigar a investigação historiográfica dos conteúdos de autores inclinados a esse conhecimento e reuni-los nessa contextualização, renovando o assunto em foco no encontro com os objetivos específicos: relacionar a efervescência luso-espanhola no período da escravidão num ambiente hostil e de constante transformação em terras sulinas do Brasil; demonstrar, por meio dos fatos, nesse contexto abordado, a contribuição dos escravos, provenientes de vários povos africanos; apresentar alguns resultados das marcas de identidade que os escravos deixaram como legado no chão do sul brasileiro, unindo esse legado com outras realidades locais.

Dentro do campo metodológico foram utilizadas, como fontes secundárias, obras de autores brasileiros e uruguaios para enfatizar o tema proposto numa visão histórico-comparativa e proporcionar uma interpretação na abordagem trabalhada. As considerações finais mostram um conjunto de identidades, ocasionado por diversos grupos étnicos que vieram da África e que contribuíram intensamente na história, na cultura e na religião do sul do Brasil.

A Unificação Ibérica no período de 1580 a 1640 abriu caminho para que os portugueses expandissem o tráfico de escravos além dos limites do Brasil colônia e fixassem

¹ Trabalho apresentado na Mesa 11: História e cultura da diáspora e dos povos africanos, I Congresso Internacional de Estudos sobre África e Brasil: entre margens e fronteiras, realizado pela Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns, de 16 a 19 de novembro de 2015.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais, Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo – RS, e-mail: omitoki@bol.com.br.

feitorias e postos comerciais em vários pontos da América espanhola, ficando um pouco de lado a região do Rio da Prata. A região sulina que hoje é apresentada geograficamente no extremo sul do Brasil, em seu início era domínio da Coroa espanhola. Com o fim da União Ibérica os portugueses perderam as regiões conquistadas no lado espanhol e com isso "... a Coroa lusitana resolveu institucionalizar o contrabando do Sul: em 1680, fundou a 'feitoria' de Sacramento" (MAESTRI, 1984, p. 25). A fundação aconteceu à beira do Prata e essa movimentação teve a participação do negro escravo, devido a facilidade de extrair africanos de suas regiões à América.

A fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses em território espanhol era uma boa oportunidade para contrabandear a prata que por aí passava vinda das minas de Potosi. E para permanecerem nesse território, mesmo que de forma oscilante, os portugueses ofereciam escravos e outros produtos como mercadoria, mas os conflitos surgiam periodicamente. As constantes lutas que se travavam entre espanhóis e portugueses, deixava a Colônia do Sacramento expostas às invasões porque "*La importancia de la riqueza ganadera se hizo explicita con la fundación portuguesa de la Colonia del Sacramento ...*" (PALERMO, 2008, p. 139). Entre lutas, tratados e acordos a referida Colônia, num determinado período ficava com os portugueses e num outro com os espanhóis.

Com as crises e os conflitos surgidos na região do Prata em determinados períodos após a fundação da Colônia do Sacramento, o ambiente se tornou aberto às fugas de negros escravizados, fazendo com que os mesmos tomassem rumo em direção ao extremo sul do Brasil que na época era território espanhol, sugerindo-se que "Alguns podem ter, até mesmo, se fixado nos pampas interiores quando de fugas coletivas ou individuais da Colônia do Sacramento" (MAESTRI, 1984, p. 26). Nessa passagem citada, constata-se que em meio às conquistas e ocupações pelos luso-espanhóis já existiam fugas por parte dos escravos.

E assim surgiam oscilações e transformações nas decisões ocasionadas pelos conflitos. Com tudo isso os portugueses insistiam em permanecer, explorar e povoar as terras sulinas, exercendo um sistema de trabalho voltado às lidas do campo, isto é, na prática agropastoril, naquilo em que a própria natureza do ambiente oferecia, principalmente o gado. Quanto mais conheciam as realidades locais, mais tinham interesse por aquilo que conquistavam.

Com o tempo, integrantes da Coroa portuguesa através do Rio de Janeiro e São Paulo começaram a adentrar as terras sulinas via Laguna, costeando o litoral para abrir caminho entre Brasil colônia e Colônia do Sacramento. Há registros de que paulistas e lagunenses na década de vinte do século XVIII, já tinham penetrado as regiões do sul do Brasil e para ocuparem terras de grande extensão era necessária a mão de obra escrava, juntamente com outros indivíduos não escravos. Nesse contexto "Ao lado do cativo labutavam indígenas aculturados ou semi-escravizados, espanhóis 'tranbandeados', povoadores lusitanos" (MAESTRI, 1984, p. 27). Perante o sistema agropastoril não existia ainda produções da larga escala. Por isso, os poucos escravos, os indígenas, os espanhóis e os portugueses trabalhavam lado a lado num mesmo ambiente.

Ao relacionar o Rio Grande do Sul com o Uruguai, observa-se que tudo era território espanhol e com a ligação de Laguna à Colônia do Sacramento, houve um entrosamento entre os que aí viviam com os que aí chegavam, pelo fato de que a rota de ligação não ficou apenas entre os dois extremos. Os tropeiros que passavam por esse caminho vinham acompanhados por homens que tinham a intenção comercial e povoar o território, juntamente com seus

escravos. Com isso, a rota estabelecida abriu outros caminhos e sendas para a implantação de povoamentos.

Antes da ocupação oficial do Rio Grande do Sul, pelos portugueses, ligado à Coroa portuguesa já havia a presença do negro. A análise aqui descrita apresenta os caminhos por onde o negro escravo passou para se fixar nas terras sulinas: pelas fugas provenientes da Colônia do Sacramento e saindo das regiões do Brasil colônia via Laguna. Após a fundação de Rio Grande em 1737, aos poucos a escravidão sulina foi tomando força e o negro escravo estava se tornando indispensável.

Após a fundação de Rio Grande, conforme descrito no parágrafo anterior, a Coroa portuguesa incentivou, com doações de terras, escravocratas e militares dispostos a povoar o território. E próximo à fortaleza de Jesus-Maria-José, marco da fundação, identificada como um posto militar, formou-se um povoamento de homens e mulheres vindos “... do Rio de Janeiro, de Minas, da Bahia, dos Açores, do povo da Colônia do Sacramento que se transferiu para Rio Grande...” (QUEVEDO, 2002, p. 29). Em 1747, Rio Grande tornou-se Vila, surgindo o Brasil Meridional e em 1763, o porto de Rio Grande foi autorizado a receber navios comerciais.

Em 1777, chegou ao Rio Grande o charqueador José Pinto Martins, de Santa Cruz do Arati – Ceará e em 1780, no arroio Pelotas, instalou o primeiro estabelecimento para o processamento do charque a nível industrial. Com o desenvolvimento dessa indústria “O charque rio-grandense começou a ser vendido em Cuba, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba” (QUEVEDO, 2002, p. 33). Daí em diante esse processo se dimensionou, a criação de gado nas estâncias se acentuou para o abate e o abastecimento à indústria charqueadora. E para esse trabalho, nas terras sulinas, foi necessário um grande número de escravos, principalmente em Pelotas, por haver aí uma significativa concentração de charqueadas.

Ao retomar parte do conteúdo descrito e dar continuidade no relato com outras realidades ligadas ao tema, pode-se reafirmar que as terras sulinas foram anexadas ao Brasil colônia, pertencendo à Coroa portuguesa através da fundação de Rio Grande em 1737. Antes da fundação havia a implantação de povoamentos pelos luso-brasileiros, juntamente com outros que aí viviam. Com a conscientização dos recursos naturais e após a fundação, houve a necessidade de expandir o território com militares e proprietários escravocratas para trabalhar à terra.

Através desse procedimento iam surgindo rústicas moradias, mas o processo acelerou em 1780, com a instalação das charqueadas em Pelotas. A partir daí a província sulina recebeu em larga escala negros escravos vindos de várias regiões do Brasil e diretamente da África via Rio de Janeiro. Verifica-se aí que a fixação do negro no Rio Grande do Sul não ficou somente nos caminhos já descritos anteriormente. Outro caminho surgiu: o porto de Rio Grande para o interior das terras sulinas. Por meio do comércio de escravos os negros eram espalhados por toda a província e a maior concentração era em Pelotas no período das charqueadas.

Desde 1780 “Até a crise final da escravidão no Brasil, a charqueada foi essencialmente movida pelo braço do homem escravizado” (MAESTRI, 1984, p. 45). No auge das charqueadas, aí aportavam negros de várias procedências africanas. Dessa forma, depara-se com a província sulina num sistema escravocrata bastante acentuado baseado em fatores

econômicos. É nesse período que se encontra o extremo sul do Brasil no mesmo patamar das demais províncias brasileiras em relação à cultura escravagista.

O movimento de escravos era intenso, tanto do lado do sul brasileiro quanto do lado uruguaio. Entre 1843 a 1851, o Uruguai estava dividido em dois governos: o governo de Suárez, em Montevideu e o de Oribe, em Cerrito e “*Durante ese período ocurriría la abolición de la esclavitud, realizada en 1842 por el gobierno de Montevideo y, en 1846, por el gobierno de Oribe...*” (PALERMO, 2008, p. 153). De 1835 a 1845, período da Revolução Farroupilha, muitos rio-grandenses não quiseram participar e para se afastarem da situação, com suas famílias e escravos, passaram para o lado uruguaio, tornando-se fazendeiros, juntamente com outros brasileiros que aí se encontravam anteriormente.

Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, o Brasil continuou com a escravidão interna e na medida do possível, contava com o tráfico clandestino e, em muitos casos, “arrancavam” os negros na fronteira com o Uruguai para transformá-los em escravos no lado brasileiro. Alguns fazendeiros e suas famílias que firmaram propriedade no Uruguai, ao retornarem para o Rio Grande do Sul com suas famílias, após a Revolução Farroupilha, tornavam escravos os seus negros, intensificando cada vez mais a efervescência entre os dois lados, pelo fato de que no Rio Grande do Sul a abolição da escravatura iria acontecer somente em 1884. Nesse contexto, observa-se o movimento constante não só na área fronteiriça como também no âmago das regiões afetadas e nesses encontros, desencontros e conflitos iam surgindo manifestações culturais provenientes das várias etnias africanas e que se mesclaram com as realidades locais.

O Brasil se movimentava por um processo basicamente agropastoril e não foi diferente no Rio Grande do Sul, principalmente na época da escravidão. A produção era campesina, mas nos centros urbanos exerciam-se funções econômico-administrativas, porque as importações, exportações e “... a vida ‘administrativa’, ‘cultural’ e ‘religiosa’ eram atividades essencialmente cidadinas” (MAESTRI, 1984, p. 49). Mesmo sendo essencialmente cidadinas, as atividades culturais e religiosas exercidas tanto pelos negros como pelos brancos, encontravam-se também nas áreas agrícolas.

Conforme ia crescendo a economia rio-grandense iam surgindo os centros urbanos, como por exemplo: Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Essas cidades se tornaram movimentadas com os negros escravos, os liberto e os brancos pobres, exercendo atividades, trabalhos de toda a ordem e praticando seus cultos religiosos de matriz africana, juntamente com o catolicismo, professado pelas famílias de brancos e detentoras de escravo para as tarefas servis nos vários setores de uma sociedade urbana e, em muitos casos num ambiente conturbado.

Diante da efervescência da escravidão os centros urbanos brasileiros estavam povoados com um grande número de escravos e a realidade de Porto Alegre não era diferente. No campo, um ambiente de lida agropastoril era mais difícil as manifestações culturais e religiosas, mas existiam em algumas fazendas e estâncias. Os focos de tais manifestações aconteciam frequentemente em Porto Alegre e assim “A organização coletiva dos negros possibilitou salvaguardar alguns costumes africanos” (ZANETTI, 2002, p. 196). Não somente com os escravos locais, mas com outros que chegavam do interior do Rio Grande do Sul, principalmente na época da crise charqueadora. Juntando-se aqueles aos libertos e cada um com sua herança cultural e religiosa, os escravos exerciam suas manifestações em conjunto. Aos poucos, entre cativos, livres e libertos, Porto Alegre e demais regiões urbanas em alguns

pontos do Rio Grande do Sul iam se construindo e se definindo com suas próprias identidades culturais e religiosas.

No núcleo urbano, para os festejos devocionais, os manifestantes cativos pediam licença aos seus senhores e autoridades e somente licença às autoridades oficiais em relação aos libertos, demonstrando assim que estes festejos eram dentro de regras “católicas”, porém ao modo de suas nações. Entende-se aqui que os manifestantes “driblavam” toda uma organização da época para suavizar a dura vida que levavam, entregando-se aos seus festejos sagrados e profanos, sob a liderança e autorização de um líder. Nesse caso, o líder não fazia parte das autoridades oficiais, era um líder religioso que mantinha os ajuntamentos festivos dentro de regras estabelecidas.

Dos vários fatos encontrados através dos jornais da época, dos documentos oficiais e dos escritos de pesquisadores voltados a essa área do conhecimento, relacionados a um passado que deixou marcas de identidade na atualidade rio-grandense, relata-se aqui apenas dois exemplos para a compreensão desse passado: o cocumbi, liderado pelo crioulo Eduardo, também chamado chefe dos cocumbis e o candombe, liderado pela mãe Rita, num terreno baldio, na Várzea, atual parque Farroupilha.

No cocumbi, os negros se vestiam de peles e penas e em seu cortejo, realizavam o rito da puberdade, representando a morte e a ressurreição do filho do chefe. Interpreta-se nesse contexto, de que um dia o filho substituirá o pai na liderança dos cocumbis. Dessa forma, no rito de passagem o filho da inocência e da infância “morre”, surgindo aí o filho que será preparado à futura liderança. Isso foi apenas uma passagem ritualística como exemplo. Os integrantes do cocumbi praticavam outros rituais.

O candombe, para a época, ficava distante do núcleo urbano porto-alegrense, era localizado na periferia e foi considerado o mais famoso batuque de Porto Alegre e se fortaleceu por não perturbar os moradores urbanos e por não causar problemas à polícia com suas festas e rituais, porque nesse convívio os cantos e danças ao som dos tambores e outros instrumentos musicais eram realizados para comemorações sagradas e profanas.

Nas manifestações culturais e religiosas na época da escravidão, encontram-se vários fatos documentados e que pelos relatos aconteciam periodicamente nas ruas, igrejas e em casas de negros forros de Porto Alegre, mas principalmente e de forma frequente no candombe da Várzea. Pelo conhecimento e informações, constata-se que o candombe surgiu no Uruguai. O Rio Grande do Sul foi oficialmente anexado ao Brasil em 1737. No período de 1742 a 1806, uma grande quantidade de negros escravos foram introduzidos no Uruguai. Analisando o início desse período, verifica-se que o candombe da Várzea, em Porto Alegre, ainda não existia, pelo fato de que a entrada do negro no Uruguai, com maior intensidade, foi apenas cinco anos após a fundação de Rio Grande. Dessa forma, no lado uruguaio os escravos foram firmando sua identidade cultural num sincretismo religioso e assim “... *la mayoría de los negros llegados al Río de la Plata y el culto de la iglesia católica, a la cual fueron convertidos casi todos los negros*” (GULARTE, 2004, p. 31). Nesse fato, averigua-se que no fluxo e refluxo de escravos entre Rio Grande do Sul e Uruguai, provocou a fixação deles em Porto Alegre e assim realizavam seus cultos candombeiros como no Uruguai.

Hoje, no Rio Grande do Sul, não existe mais o cocumbi, o candombe, nem outras manifestações que aqui não estão abordadas, pois todas elas desapareceram, mas deixaram marcas de identidade por meio de quatro correntes de matriz africana: Cabinda, Jeje, Ijexá, Oyó e que juntas compõem o Batuque rio-grandense. Aquelas que desapareceram, deixaram

um pouco de sua herança cultural no interior do Batuque. Esse, não é composto somente pelas referidas correntes, mas também por todas aquelas que desapareceram e por outros elementos não mais conhecidos e que estão mesclados nesse conjunto batuqueiro. Quando se fala de elementos não conhecidos é impossível pensar o Batuque somente com aquilo que se conhece, devido à diversidade intensa provocada pelos negros, brancos e indígenas.

Quanto ao candombe no Uruguai, ele ainda existe, porém de forma totalmente modificada. Em seu início era totalmente sagrado, depois se tornou mesclado e hoje é inteiramente profano, apresentando-se na forma carnavalesca. Mesmo sendo profano, os uruguaios o consideram como uma cultura enraizada em seu chão, porque faz “... *parte fundamental de la cultura afro-uruguaya y es sentido como legado ancestral*” (CRISTIANO, 2009, p. 7). Atualmente, no Uruguai, existem os afro-religiosos que praticam o Batuque. Na época e após a escravidão não existiu o Batuque no Uruguai na forma em que o mesmo é identificado no Rio Grande do Sul, mas na década de 1960 o Batuque entrou na Argentina e no Uruguai e hoje é uma manifestação religiosa desses países de fronteira com o Rio Grande do Sul.

Na análise do conteúdo contextualizado, observa-se todo um conjunto de transformações que se sucederam no decorrer do tempo em relação ao Rio grande do Sul e o Uruguai. As marcas de identidade são tão fortes e tão nítidas que o processo continua até hoje. O Uruguai desde o seu início possui a cultura candombeira e que hoje se manifesta nos bailes e carnavais de Montevidéu e há quase sessenta anos possui o Batuque do Rio Grande do Sul como cultura afro-religiosa.

O que se vê é a história do passado que não pode ser resgatada, mas se renova a cada período existente, permanecendo um pouco dos resquícios desse passado. Por isso é impossível desconectar o Rio Grande do Sul do Uruguai, porque os fatos não permitem tal façanha. Ambos são “*hermanos*” por brotarem de uma mesma situação. O que foi abordado até aqui é um recorte das várias etapas que ainda não foram profundamente investigadas, mas se outros fatos fossem levantados se chegaria a conclusão das mesclas e semelhanças de realidades originárias da Península Ibérica, da África e dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

- CRISTIANO, Juan Carlos. “Raíces africanas en Uruguay: un estudio sobre la identidad afro-uruguaya”. In: *VIII Jornadas de Investigación de la Udelar* – Montevideo, el 8 y 9 de setiembre de 2009, p. 1-14.
- GULARTE, Washington. *El Candombe*. Porto Alegre: Alcance, 2004.
- MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PALERMO, Eduardo R. “Esclavitud y hacienda pastoril em el Uruguay”. In: *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2008, p. 138-168.
- QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul; aspectos da história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.
- ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: UPF, 2002.